

A S S E N T O

FEITO EM CORTES
PELOS TRES ESTADOS

dos Reynos de Portugal, da acclamação,
restituição, & juramento dos mes-
mos Reynos, ao muito Alto, &
muito poderoso Senhor Rey
Dom Ioão o Quarto
deste nome.



S T R E S E S T A D O S
destes Reynos de Portu-
gal, juntos nestas Cor-
tes, onde representam
os mesmos Reynos, & tẽ
todo o poder, que nelles

ha. Resoluerão, que por principio dellas
deuiaõ fazer assento per escrito, firmado
por todos, como o direito de ser Rey, &
Senhor delles, pertencia, & pertence, ao
muito alto, & muito poderoso Senhor D.
Ioão o IV. deste nome, filho do Serenif-
simo Senhor Dom Theodosio Duque de

Bargança, & neto da Serenissima Senhora Dona Catherina, Duquesa do mesmo Estado, filha do Infante Dom Duarte, & neta do muyto alto, & muito poderoso Senhor Rey Dom Manoel.

Por quanto, despois que no primeiro dia de Dezembro do anno proximo de 640. em que primeira vez foy acclamado por Rey nesta cidade de Lisboa, & em todos os seguintes, em todo o mais Reyno, & jurado, & leuantado, nesta mesma cidade, em os quinze do mesmo mez. Ajuntandose despois nestas Cortes os tres Estados, & celebrandoas, solenemente, em os 28. de Ianeiro de 641.

Assentarão, seria conueniente, para mayor perpetuidade, & solenidade de sua felice acclamação, & restituição ao Reyno, que sendo agora juntos, tornem, em nome do mesmo Reyno, fazer este assento per escrito, em que o reconhecem, & obedecem, por seu legitimo Rey, & Senhor, & lhe restituem o Reyno, que era de seu Pay, & Auô, vzando nisto, do poder,
que

que o mesmo Reyno tem, para assi o fazer, determinar, & declarar de justiça.

E seguindo tambem a forma, & ordem, que no principio do mesmo Reyno, se guardou, com o Senhor Rey Dom Affonso Hêriquez, primeiro Rey delle. Ao qual tendo ja os Pouos levantado por Rey no Campo de Ourique, quando venceu a batalha contra os cinco Reys Mouros, & têdolle passado Bulla do titulo de Rey, o Papa Innocencio II. no anno de 1142. Com tudo, nas primeiras Cortes, que logo subsequentemente celebrou, na cidade de Lamego, pelo fim do anno de 1143. sendo juntos nellas, os tres Estados do Reyno, tornarão outra vez, em nome de todo elle, ao acclamar, & levantar por Rey, cõ assento per escrito, do que nellas se fez, para memoria, & perpetuidade de seu titulo.

E presuppõdo por cousa certa em direito, que ao Reyno fõmente compete julgar, & declarar, a legitima successão do mesmo Reyno, quando sobre ella ha du-

uida, entre os pretendores, por razão do Rey vltimo possuidor falecer sem descendentes, & eximirse tambem de sua sujeição, & dominio, quando o Rey por seu modo de gouerno, se fez indigno de Reynar. Por quanto este poder lhe ficou, quando os Pouos a principio, transferirão o seu no Rey, para os gouernar. Nem sobre os quenão reconhecem superior, ha outro algum a quem possa competir, senão aos mesmos Reynos, como prouão largamente os Doutores, que escreuerão na materia, & ha muitos exemplos nas Republicas do mundo, & particularmente neste Reyno, como se deixa ver das Cortes do Senhor Rey Dom Affonso Henriques, & do Senhor Rey Dom Ioão o I.

Com este pressupposto, os fundamêtos, & rezoês, que o Reyno teue, para acclamar por Rey ao Senhor Rey Dom Ioão o IV. & para agora nestas Cortes, o tornar a acclamar, determinar, & declarar, que o legitimo Senhorio delle, lhe pertêce, & lhe deuia

devia ser restituído, posto que os Reys Catholicos de Castella estivessem empesedelle, são os seguintes.

Primeiro. Que falecendo o Senhor Rey Dom Henrique, sem filhos, nem descendentes, a justa, & legitima successão do Reyno, se differio à Senhora Duquesa de Bargaça, sua sobrinha, filha legitima do Senhor Infante Dom Duarte seu irmão, representando a pessoa de seu pay, com todas as qualidades, que nelle concorriaõ para aver de succeder. Por este beneficio da representação, ter lugar na successão dos Reynos (a qual se differe por direito hereditario) & porque especialmente na successão deste de Portugal, està admitido por disposição, & declaração expressa, feita pello Senhor Rey Dom Ioão o I. em seu Testamento; mandando nelle, que o Senhor Infante Dom Duarte, seu filho primogenito, ou em seu defeito, seu filho, ou neto, & qualquer outro legitimo descendente, por sua linha direita succedesse nelle,

segundo se requeria por direito, & costume, na successão destes Reynos, & Senhores, que são palauras formaes da clausula do dito Testamento. Pelas quais fica, sem duuida, hauer de ter lugar na successão delle a representação, auendoo assi disposto, o dito Senhor Rey Dom Ioaõ o I. que o podia dispor, & declarar; & na mesma conformidade, o hauer tambem disposto o Senhor Rey Dom Affonso o V. seu netto, nas Cortes, que celebrou nesta cidade em 6. de Março de 1476. quando foy casar a Castella com a Senhora Raynha Dona Ioana. Terminos, em os quais os mesmos Doutores, que negarão a representação, nestas semelhantes successões dos Reynos, & Morgados, confessão, que se deue admitir.

E supposta a representação lhe não poder preferir o Catholico Rey Phelippe de Castella, sobrinho tambem do Senhor Rey Dom Hêrique, ainda que fosse mais velho em idade, & estiuessse em igual grao de parêtesco. Por ser filho de irmãa fe-

mea, a Senhora Emperatriz Dona Isabel, & succedendose por representação, ficar excluido, pois representava a pessoa de sua mãy, que lhe não podia dar mais, do que ella tinha. E pello contrario, a Senhora Duqueza Dona Catherina, entrar representando a pessoa do Infante Dom Duarte, seu pay, o qual, se forã viuo, ouuera de excluir a Emperatriz sua irmãa. E ainda que concorressẽ à dita successão, sendo primos irmãos, sem concorrer tio, hauer de ter lugar a representação, por ser mais verdadeira, & mais commua opiniaõ dos Doctores na materia, que esta successão por representação, se admite, entre os primos irmãos, sem com elles concorrer tio, & assi o dispos o direito commum dos Romanos, posto que o contrario fosse determinado pelas leys das Partidas de Castella, que neste Reyno não ligão, nem se deuem guardar.

E assi diffirindose a legitima successão do Reyno à Senhora Dona Catherina, se ficou deriuando della, em seu filho o Se-

nhor Dom Theodosio, & em seu neto, o
Senhor Dom Ioão o IV. posto que actual
mente não tiuesse posse do Reyno.

Segūdo. Porq̃ ainda em caso negado, q̃
não pudesse ter lugar o beneficio da repre-
sentaçāo, & por elle não pudesse differir-se a
sucessão do Reyno, à Senhora Duquesa
D. Catherina, sobrinha do Senhor Rey D.
Hérique, se lhe differio, pela prerrogatiua
de melhor linha, q̃ he a primeira das qua-
tro qualidades, pelas quais se differem as
sucessões dos Reynos, Morgados, & bẽs
vinculados.

Por quanto na mesma clausula do Te-
stamento do Senhor Rey Dom Ioão o I.
assima referida, fez o dito Senhor expressa
Constituição de linhas, entre seus filhos,
para a successão destes Reynos, chaman-
do em primeiro lugar, o dito Senhor In-
fante Dom Duarte seu filho primogenito,
& seus filhos, & netos, & quaisquer outros
legítimos descendentes, por linha direita,
que he a que os Doctores chamaõ, linha
do primogenito; & logo em falta desta

primeira linha, chamou a dos outros seus
filhos, por sua direita ordenança, a saber.
Primeiramente, a do Infante Dom Pedro,
(que era o filho segundo) com todos seus
filhos, & netos: & faltando esta segunda
linha, chamou a do Infante Dom Henri-
que, seu filho terceiro, & acrécentou, que
assi fosse nos outros seus filhos, pelo modo
sobredito, que são também palauras for-
maes, da mesma clausula do Testamento.

Das quais se segue precisamente, que
na successão destes Reynos, despois da re-
presentação, tem o primeiro lugar, a prer-
rogatiua da linha, para que em quanto ou-
uer descêdentes, da linha do filho primo-
genito, se não admitta pessoa algũa da li-
nha do filho segundogenito, & da mesma
maneira nos outros filhos. Porque ainda
que de direito commum, haja controuer-
sia nos Doctores, negando algũs as linhas,
mais que a do possuidor, & primogenito;
& não admittindo, que a dos outros filhos
constituão linha, se não quando chegarão
a occupar a successão. Com tudo, hauêdo

expressa disposição do testador, que chamou seus filhos, & descendêtes, por linhas separadas, não ha Doctor algum, que as contradiga, nem pelo conseguinte, poderá controuerfia, na successão deste Reyno, onde expressamente estão dispostas na clausula do dito Testamento do Senhor Rey D. Ioaõ o I.

Pelo que, como entre os filhos, & filhas do Senhor Rey Dom Manoel, despois da linha do filho primogenito, que foy o Senhor Rey Dom Ioaõ o III. que se acabou no Senhor Rey Dom Sebastião, cadahum dos outros filhos (deixando aquelles, que morrerão na idade da infancia) constituifse sua linha, na qual para a successão do Reyno, incluireão assi, & a seus filhos, & descendentes, & excluireão os outros. Seguefe, que extinctas as linhas do Senhor Infantẽ Dom Fernando, & do Senhor Infante Dom Luis, que não deixou filho legitimo, & do Senhor Cardeal Dom Affonso, & do Senhor Cardeal, & Rey Dom Henrique, que faleceo sem filhos, nem

descendentes, entrou a successão, na linha do Senhor Infante Dom Duarte, de cujas filhas (por não deixar filhos varoës) se hauia de preferir a Senhora Dona Catherina sua filha, & deferirselhe a successão, por ser linha de filho varão, & não poder deferirse a linha da Senhora Emperatriz Dona Izabel, filha do mesmo Senhor Rey Dom Manoel; na qual estaua elRey Catholico de Castella, senão depois de estar de todo acabada, & extinta esta do Senhor Infante Dom Duarte, que conforme a clausula do dito Testamento constituiu linha superior, com prelação às linhas das filhas fêmeas do mesmo Senhor Rey Dom Manoel. Sem lhe poder obstar o não ser a filha mayor do mesmo Senhor Infante Dom Duarte; visto como não hauia pessoa natural do Reyno, que descendesse da linha da outra filha mais velha, & por esta razão não poder ter direito admissiuel na successão do Reyno. Alem de ficar em grao

superior, & mais chegado de parentesco
com o dito Senhor Rey Dom Henrique
(ultimo possuidor, cuja sobrinha era, &
os descendentes de outra filha serem parê
tes mais remotos.

E he este fundamento da prerrogatiua
da linha tam efficaz, para exclusão do di
reito del Rey Catholico de Castella, que
quando a successão do Reyno pudera vir
a Principes, não naturais d'elle, o prece
deriaõ todos os que descendeassem do
mesmo Senhor Infante Dom Duarte.
Quanto mais a dita Senhora Duquesa
Dona Catherina, que como filha sua, es
taua no primeiro grao de sua linha, & era
casada com o Senhor Duque Dom Ioão,
Principe natural do Reyno, que he a pri
meira qualidade, que os Senhores Reys
delle quizerão, que se attentasse, & ficou
sendo a ley Regia, & a regra pela qual se ha
uia de differir, como se mostra abaixo no
quinto fundamento.

Terceiro. Porque, em falta do benefício da representação, & da prerrogatiua de melhor linha, tinha a mesma Duquesa, a Senhora Dona Catherina, melhor direito na successão deste Reyno, fundado em vocação expressa, que he a qualidade, que vêce a todas as mais nestas successões.

Por quanto, o mesmo Senhor Rey Dom Ioão o Primeiro, na clausula do dito seu Testamento, despois de chamar o Infante Dom Duarte seu filho primogenito, com todos seus filhos, nettos, & descendentes legitimos, chamou tambem os outros filhos seguintes, com seus descendes, na forma assima referida, & do filho primogenito, que lhe succedeo no Reyno, que foy o Senhor Rey Dom Duarte, naceo o Senhor Rey Dom Affonso o Quinto, filho seu primogenito, & naceo o Senhor Infante Dom Fernando, seu filho segundo genito, com vocação expressa,

pressa, pela clausula do dito Testamento,
despois de acabada a descendencia do pri-
mogenito. E como esta se acabou no Se-
nhor Rey Dom Ioaõ o II. que não deixou
filho legitimo, tornou a successão do Rey-
no ao filho do dito Senhor Infante Dom
Fernando seu Tio, que foy o Senhor Rey
Dom Manoel, do qual nasceo o Senhor
Infante Dom Duarte, & delle a Senhora
Duquesa Dona Catherina sua filha. Por
onde ficou tendo a mesma vocação, que
tinha o dito Senhor Infante Dom Fernan-
do seu Bisavô, Pay do dito Senhor Rey
Dom Manoel, com todos seus filhos, netos, &
descendentes legitimos, chamou tam-
bem os outros filhos legitimos, com seus
descendentes, na forma assim referida, & do
filho primogenito, que lhe succedeo no
Reyno, que foy o Senhor Rey Dom Du-
arte, nasceo o Senhor Rey Dom Affonso
o Quinto, filho seu primogenito, & na-
ceo o Senhor Infante Dom Fernando,
seu filho segundo genito, com vocação ex-
pressa.

7 54
Dom Manoel seu Auô. E por esta vocação deuia necessariamente ser preferida ao dito Rey Catholico de Castella, que posto que fosse tambem descendente do mesmo Senhor Infante Dom Fernando, pelo mesmo Senhor Rey Dom Manoel, o era pela Senhora Emperatriz Dona Isabel, & não podia preferir a Senhora Duquesa Dona Catherina, que tinha a vocação expressa por filho varão, o dito Senhor Infante D. Duarte seu pay.

Quarto. Porque nas ditas primeiras Cortes, celebradas em Lamego, pelo Senhor Rey Dom Affonso Henriques, estava expressamente determinado, que quando o Rey falecesse sem filhos herdeiros, lhe pudessem succeder seus irmãos, se os tivesse. Mas porem, que os filhos destes para entrarem na herança, teriaõ necessidade de consentimento do Reyno, & serem approvados pelos tres Estados d'elle, & em quanto o não fossem, não poderiaõ Reynar. A qual ley se guardou, & praticou,

porque succedendo no Reyno o Senhor Rey Dom Affonso III. por morte do Senhor Rey Dom Sancho seu irmão, que falleceo sem filhos, se tem por certo, que para o Senhor Rey Dom Diniz, filho do Senhor Rey Dom Affonso III. hauer de entrar a Reynar por morte de seu pay, celebrou em sua vida Cortes, em que o fez jurar por successor do Reyno. E da mesma maneira, faltando descêdentes legitimos, ao Senhor Rey Dom Ioaõ o II. posto que declarou em seu Testamento por herdeiro, & successor ao Duque de Beja, que foy o Senhor Rey Dom Manoel, filho do Infante Dom Fernando, irmão segundo do Senhor Rey Dom Affonso o V. Com tudo, logo nas Cortes, q̃ celebrou em Montemor o nouo, foy aceitado por Rey pelos tres Estados do Reyno, que nellas se ajuntarão. Por onde, ainda quando por falecimento do Senhor Rey Dom Henrique sem descendentes, pudesse, em caso negado, ter direito de succeder el Rey Catholico de Castella, como sobrinho seu,

não podia Reynar, nem tomar posse do Reyno, como de facto tomou, sem primeiro ser aceitado, & approuado pelos tres Estados juntos em Cortes, o que não foy.

E quando menos necessitava de esperar a determinação, & sentença do mesmo Reyno, junto em Cortes, sobre a pertença, que tinha à successão d'elle. A qual não esperou, & antes della se empossou, entrando com armas. Nem se differio ao legado do Summo Pontifice, q̃ assi lho encarregaua da sua parte.

Logo por cada hũa destas cabeças, não teue titulo justo de Reynar, & ficarão elle, & seus successores, sendo intruzos, no sentido em que o direito chama tyranos àquelles, que sem titulo justo occupão o Reyno, & podia, & pôde agora o mesmo Reyno redintegrarse em seu direito, acclamando, & aceitando por Rey o Senhor Rey Dom Ioaõ o IV. como netto legitimo da dita Senhora Duquesa Dona Catharina, a quem competia legitimamente

o direito da successão delle.

Quinto. Porque nas mesmas primeiras Cortes de Lamego, entre as leys que se ordenarão, sobre a herança, & successão do Reyno, se determinou tambem, que a filha femea de elRey, que casasse com Principe estrangeiro, que não fosse Portugues, não pudesse herdar, nem succeder nelle, para que assi nunca o Reyno sahisse fora das mãos dos Portugueses, nem Reynasse nelle pessoa, que o não fosse. E nesta conformidade, deixando o Senhor Rey Dom Fernando hũa filha casada com elRey D^o Ioão de Castella, foy excluida da successão, não fomenta por não ser legitima, tendo-se por nullo o matrimonio do dito Senhor Rey Dom Fernando, com a Senhora Raynha Dona Leonor sua mãy; mas tambem por estar casada com Principe estranho. E assi se assentou nas Cortes, q̃ celebrarão em Coimbra, aonde os três Estados o determinarão. E hauendo o Reyno por vago, elegerão por Rey ao Se-

nhor

nhor Rey Dom Ioaõ o I. Mestre de Avis,
& filho (posto q̃ illegitimo) do Senhor D.
Pedro; donde ficou tambem por esta ca-
beça, faltãdo o direito de succeder ao Ca-
tholico Rey de Castella, por ser Principe
estrangeiro. E podia entãõ, & pode agora
o Reyno, acclamar, & obedecer por Rey
a seu Principe natural, o Senhor Rey Dom
Ioaõ o IV. não sò por titulo de legitima
successão, mas tambem de eleição, que fi-
caua competindo aos Pouos, & Reyno.

E quando estas rezoões não foraõ ba-
stantes, para justamente o poder fazer, es-
tando em contrario a posse de sessenta an-
nos, q̃ eraõ passados desde o tẽpo q̃ o dito
Rey Catholico de Castella se empossou
deste Reyno, no fim do anno de 1580.
principiada, & continuada, por tres actos
de successão, em sua pessoa, & na de seu fi-
lho o Catholico Rey Dom Phelippe III. &
na de seu netto o Catholico Rey Dom
Phelippe IV. de Castella, & approvada pe-
lo mesmo Reyno nas Cortes, q̃ celebrarão
em Thomar no anno de 1581. & nas que

despois fizerão nesta cidade de Lisboa, no anno de 1619. nas quais ambas forão jurados, obedecidos, & reconhecidos por Reys deste Reyno.

Se assentou, & determinou pelos mesmos tres Estados, que quanto à posse, posto que de tantos annos, lhes não podia obstar, nem aproueitar aos ditos Reys de Castella, por ser a principio, violenta, tomada com força de armas, & dos numerosos exercitos, com que o dito Rey Catholico violentamente se empossou do Reyno; & por ser attentada, estando pendêdo no Juizo dos Governadores, a causa da successão, sem esperar sua sentença, nem approvação do mesmo Reyno, junto em Cortes. E a que teue, hauer sido fomite de alguns particulares, persuadidos com grandes merces, q̃ sem estarem em Cortes, a não podiaõ dar; & a sentença, q̃ despois alcançou, hauer sido nulla, por não ser dada por todos os Governadores do Reyno, que o Senhor Rey Dom Hêrique deixou nomeados; & faltando qualquer del-

delles, lhes faltava, conforme a direito, poder para sentenciarem. Alé do q̃ o fizerão, em tempo que ja não tinhaõ jurisdicção para dar sentença, & que competia somente aos tres Estados do mesmo Reyno, juntos em Cortes; & vltimamente por ser dada em Ayamonte, lugar de Castella, onde (quando a tiuessem) não podiaõ exercitar jurisdicção. E assi começando a dita posse, com o vicio intrinseco da violencia, & do attentado, que nella se cometteo, estando pendêdo o luizo, mais ficou tirando o direito ao dito Rey Catholico, quando o tiuera, do que confirmarlho: pois conforme às regras delle, a posse violêta, não causa prescripção, nem tambem nos Reynos a pòde auer, de menos tempo, que de cem annos. Nem finalmente pòde correr contra o Reyno, que nunca teue faculdade, & liberdade para a reclamar, senão agora; & tambem era necessario, pelo que tocaua ao particular interesse dos pertensores, q̃ contra cada hum delles começasse a prescripção, & se comprisse o tempo legitimo

191
della, o que não ouue, nẽ se cumprio.

E quanto ao juramento, da obediência, & fidelidade, que tinham dado nas ditas Cortes aos ditos Reys Catholicos de Castella, os não ligaua, nem obrigaua, para se não poderem eximir de seu dominio, & fôgeição. Por quanto o modo com que el Rey Catholico Phelippe IV. despois q̃ succedeo, gouernou este Reyno, era ordenado a suas commodidades, & vtilidades, não ao bem commum; & se compunha de quasi rodos os modos, que os Doctores apontaõ, para o Rey ser indigno de Reynar.

Porque não guardaua ao Reyno seus foros, liberdades, & priuilegios, antes se lhe quebrarão per actos multiplicados. Não acudia à defensão, & recuperação de suas conquistas, que erão tomadas pelos inimigos da Coroa de Castella. Affligia, & auexaua os Pouos com tributos inoportaneis, sem serẽ impostos em Cortes, fazendo com forças às Camaras do Reyno consentir nelle s, Gastaua as rendas cõ-

muas do mesmo Reyno , não somente em guerras alheas, mas tambem em cousas, q̃ não pertenciaõ ao bem commum delle. Anichilaua a nobreza; vedia por dinheiro os officios de justiça, & fazenda; prouia nelles pessoas indignas, & incapazes. O Estado Ecclesiastico, & Igrejas, erão opprimidos com tributos, tirandofelhe as rendas, & dandosse às pessoas, que dauão os arbitrios iniquos dellas. E finalmēte exercitaua estas, & outras cousas contra o bẽ commum, por ministros insolentes, & inimigos da patria, dos quais se seruia, sendo as peores pessoas da Republica.

Nos quais termos, ainda que os ditos Reys Catholicos de Castella tiueraõ titulo justo, & legitimo, de Reys deste Reyno, o que não tinhaõ, & por falta delle se não puderaõ julgar por intruzos; com tudo o erão pelo modo de gouerno, & affipodia o Reyno exhimirse de sua obediencia, & negarlha, sem quebrar o juramento que lhe tinhaõ feito. Por quanto, conforme as regras de direito natural, & huma-

no, ainda q̃ os Reynos transferissem nos
Reys todo seu poder, & Imperio, para os
gouernarẽ, foy debaixo de hũa tacita con-
dição, de os regerẽ, & mandarem com ju-
stiça sem tyrania. E tanto que no modo
de gouernar vzaem dellas, pòdem os Po-
uos priualos dos Reynos, em sua legitima,
& natural defenção, & nunca nestes casos
forão vistos obrigar-se, nem o vinculo do
juramento estender-se a elles.

E assi sendo tudo o sobredito certo, in-
facto, & tão notorio, que não necessitava
de proua judicial, nem a elRey Catholico
de Castela podia competir legitima defe-
sa, para com ella auer de ser ouuido, nem
auer outro legitimo superior, a quem se
pudesse recorrer, & não aproueitarem as
muitas queixas, & lembranças, que os Tri-
bunais do Reyno, & pessoas graues delle,
fizeraõ por muitas vezes ao mesmo Ca-
tholico Rey de Castella, & com a demon-
stração que auiaõ feito os Pouos de Euo-
ra, & de outros lugares do Reyno, para se
liurarem da oppressão dos tributos, sem

consentir com elles a nobreza , não auia bastado para o gouerno se emendar, antes com isto se pejourou. Assentou justamēte o Reyno, congregado nestes tres Estados, vyzando de seu poder, & em sua natural defensão, negarlhe a obediencia, & dalla ao Senhor Rey Dom Ioaõ o IV. que pelo direito deriuado da Senhora Duquesa Dona Catherina sua Auò, era o legitimo Rey & successor deste Reyno.

E pelas mesmas rezoēs, podia elle justamente aceitar a acclamação, & restituição que delle se lhe fez, & desforçar-se, & restituir-se ao Reyno, pois em sua pessoa tinha radicado o direito da successão delle, & cõ violencia, & força de armas, se auia tirado à Senhora Duquesa sua Auò, & nem ella, nem o Senhor Duque Dom Theodosio seu filho, em suas vidas, tiuerão faculdade para sem perigo euidente dellas, & de sua casa o fazerem. Antes o mesmo Senhor Duque Dom Theodosio fez seu legitimo protesto, & reclamação por escrito quando jurou aos Catholicos Reys de Castella

nas ditas Cortes, & effe de fua propria letra
& final, tomando nelle por testemunhas
aos Sanctos do Ceo, por fe não poder fiar
naquella conjunção das peſſoas da terra.
Nos quais termos ainda q̃ fe não intimaf-
ſe judicialmente, lhe ficou cõſervando ſeu
direito, para quãdo ouueſſe faculdade po-
der desforçarſe, & vzar delle, por ſy, ou por
ſeus ſucceſſores. A qual ſomẽte agora te-
ue, & o póde fazer, o Senhor Rey D. Ioaõ
ſeu netto, pela acclamação vnanime, & re-
ſtituição, q̃ o Reyno todo lhe fez, não ſo-
mente de rigor de juſtiça, pelo direito q̃ ti-
nha da ſucceſſão, mas juntamẽte pelas grã-
des qualidades, excellências, & virtudes q̃
concorrẽ em ſua Real peſſoa; baſtãtes para
ſẽ outro direito, poder, & deuer ſer eleito
por Rey deſtes Reynos, ſuppoſto o eſtado
a q̃ o chegarão com ſeu gouerno os ditos
Reys Catholicos de Caſtella.

E para cõſtar do ſobredito, & do q̃ ni-
ſto o Reyno obrou, entẽdendo ſer vôtade
de Deos N. S. q̃ para eſte tẽpo foy ſeruido
reſeruar a reſtituição delle, cõ manifeſtos

ſinais

finais do Ceo, fizerão os tres Estados este breue assento, firmado por todos, para ficar sendo o principio destas Cortes, & ficar manifesta em todo o tẽpo a justiça, & rezão, com q̃ assi se determinou, & executou, deixando a comprouação de tudo o sobredito, no facto, & no direito, ao liuro, q̃ em nome do Reyno se diuulgarà, & imprimirà sobre esta materia.

Escrito em Lisboa aos sinco dias domes de Março de mil & seiscentos & quarenta & hũ annos, por Sebastião Cesar de Menezes, Secretario do Estado da Nobreza, Doutor nos sagrados Canones, Inquisidor da Suprema, do Conselho del Rey nosso Senhor, & Dezembargador do Paço; & assinarão juntamente as pessoas, q̃ assistẽ em Cortes, pelos tres Estados dos Reynos, segundo o vzo, & costumes dos mesmos Reynos.

O Estado Ecclesiastico.

Dom Rodrigo da Cunha, Arcebispo de Lisboa, do Conselho do Estado del Rey nosso Senhor.

Dom Francisco de Castro, Bispo Inquisidor Geral dos Reynos de Portugal, & do Conselho do Estado del Rey nosso Senhor.

Dom Sebastião de Matos, Arcebispo, & Senhor de Braga, & Primas das Espanhas, do Conselho do Estado del Rey nosso Senhor.

Ioanne Mendes de Tavora, Bispo de Coimbra, Conde de Arganil, do Conselho del Rey N. Senhor.

Dom Miguel de Portugal, Bispo de Lamego, do Conselho do Estado del Rey nosso Senhor.

Dom Francisco Barrreto Bispo dos Algarues, & do Conselho del Rey nosso Senhor.

Dom Manoel da Cunha, Bispo de Elvas, do Conselho del Rey nosso Senhor.

Dom Francisco de Soto Mayor, Bispo de Targa, do Conselho del Rey nosso Senhor.

O Estado da Nobreza.

O Marques de Ferreira do Conselho de Estado del Rey nosso Senhor.

O Marques de Villa Real, Cōde de Valença, & Valadares do Conselho de Estado del Rey nosso Senhor.

O Marques de Gouvea, do Conselho de Estado del Rey nosso Senhor, & seu Mordomo mór.

O Conde de Mira, do Conselho de sua Magestade, & Mordomo mór da Raynha nossa Senhora.

O Conde de Monsanto, Fronteiro mór, Vedor mór, Conteyro mór, & Alcaide mór de Lisboa.

O Bisconde de Ponte de Lima, do Conselho de Estado de sua Magestade, Presidente da justiça em Portugal.

O Conde de Cantanhede, do Conselho del Rey nosso Senhor, Presidente na Camara de Lisboa.

O Conde do Redondo, Caçador mór de sua Magestade.

O Conde da Vidigueira, Almirante da India, do Conselho del Rey nosso Senhor.

O Conde de Vnhaõ, do Conselho del Rey nosso Senhor.

O Conde de Sam Lourenço, Regedor da Casa da Supplicação, do Conselho de sua Magestade.

D. Antonio Pereira do Conselho del Rey N. Senhor.

Tristão da Cunha de Arayde, Donatario da Villa de Pouolide, & Castro verde.

Fernão Martinz Freyre, Donatario da casa da Bobadela, & mais villas anexas.

O Doutor D. Andre de Almada do Conselho de sua Magestade, Lere de Prima de Theologia, jubilandos & reconduzido.

D. Ioaõ Luis de Vasçocellos, & Meneſes, Donatario da villa da Inxara dos Caualeiros, & dos Colelhos da Regossoalhoes, Alcayde mór de Castello bom.

Pero de Mendoça Furtado, Alcayde mór de Mouraõ, de Sanctiago de Casem, Guatda mór de l-Rey nõſſo ſenhor

Iorge de Mello, do Cõſelho de guerra de sua Magestade, & ſeu General das galès deſte Reyno.

Rui de Moura Telles, Donatario das villas da Pouoa, & das Meadas.

Pero da Cunha Alcayde mór de aldea Galega, da Merceana, Vêdor da Raynha nõſſa ſenhora.

D. Carlos de Noronha do Cõſelho de sua Magestade, Preſidente

da meſa da Cõſciencia, & Ordens.

Manoel da Sylua de Souſa, do Conselho de sua Magestade, Alcayde mór Dalpalhaõ.

Diogo de Mendoça Furtado, do Cõſelho de sua Magestade, Alcayde mór da villa do Caſal, Preſidente do Conselho da India.

Luis de Mello, Porteiro mór de sua Magestade, Alcayde mór da villa de Serpa.

Anrique Correa da Sylua, Alcayde mór da cidade de Tauilla, do Conselho de sua Magestade, & Vêdor de sua fazenda.

D. Ioaõ Mascarenhas, Donatario da villa de Laure, Alcayde mór das villas de Montemor o nouo Alcacere do Sal, & Grandola, Comêdador, & Alcayde mór de Mertola.

D. Pedro de Alcacoua, Alcayde mór das Idanhas.

Martim Affonso de Mello, do Conselho de guerra, & Alcayde mór de Eluas.

D. Antonio de Meneſes, Alcayde mór de Castelbranco.

O Estado dos Pouos.

O Procurador de Lisboa Dom Miguel de Almeyda.

Martim Ferreira da Camara, Procurador da cidade de Euora.

Rui de Albuquerque Procurador da cidade de Coimbra.

Martim Ferraõ Dalmeyda, Procurador da cidade do Porto.

Ieronymo de Mello Courinho, Procurador de Sanctarem.

Ioaõ da Gama Ferraõ, Procurador da cidade de Eluas.

Ieronymo de Figueiredo da Ca-

O Dezembargador Francisco Rebelo Homẽ, procurador de Lisboa, Aytes Falcao Pereira, procurador da cidade de Euora.

Ioaõ de Sã de Macedo, procurador da cidade de Coimbra.

Manoel de Souſa Dalmeyda, procurador da cidade do Porto.

Sebastiaõ de Casalhal, procurador de Sanctarem.

Duarte de Sã Madeira, Defini-

dor da comarca da Guarda.

Ioaõ de Oliueira Teixeira, Defini-

dor

1.ª, Definidor da comarca De
gueira.

Antonio Barr. das Moutoso, Procu
rador da villa de Moforte, & Defini
dor da Ouvidoria de villa Viçosa.

Diogo Botelho de Matos, procu
rador da villa de Oliuença & De
finidor de câpo Mayor, & Mourão
Manoel Pimentel, procurador, &
Definidor da cidade de Miranda.

Matheus do Couto Godin, Defi
nidor da comarca de Beja.

Francisco Dorta, Definidor da co
marca de Leiria, & procurador da
villa de Atouguia.

Pero Lopes Correa, Definidor da
comarca da cidade de Lagos.

Matheus de Sá Pereira, procura
dor da Torre de Moncorvo, & De
finidor daquella comarca.

Paulo Machado de Brito, Defini
dor do Mestrado de Sanctiago do
Duque de Aveiro, & procurador
de Sanctiago de Catem.

Jeronymo Alcaforado Pereira,
Definidor da Ouvidoria de Nisa.

João Botado de Almeyda, Defi
nitor da comarca de Torresvedras

Paulo de Mancelos Daffonseca,
Definidor da Ouvidoria do Me
strado de Christo.

Gaspar de Oliveira Sarmêto, De
finidor da Ouvidoria de Barga, a.

dor da Ouvidoria de porto de Vez.

Gregorio de Maris de Castelo
branco, Definidor da villa de Gui
marães.

Bras do Amaral Pimentel, Defini
dor da villa de Castelbranco

Bernardo Correa de la Cerda, De
finitor da comarca de Lamego.

Duarte de Payua Manoel, Defini
dor da Ouvidoria de Montemor
o velho.

Miguel de Coimbra de Macedo,
procurador, & Definidor da co
marca, & cidade de Braga.

Caspar de Seixas de Almeyda, De
finidor da comarca de Penhel,

Pero de Lanhos de Andrade, De
finidor da comarca de Viana.

Manoel Correa Cirualho, De
finidor da comarca de Setúbal.

Rui Telles, Definidor da villa de
Alanguera.

Domingos Antunes Portugal,
procurador de Penamacor, Defi
nidor de Castelobranco.

Luis Gonçalves Munis, Defini
dor da Ouvidoria de Aguiar.

Francisco Freyre de Soula, Defi
nidor da comarca de Thomar.

Antonio Machado Villa Boas,
procurador da villa do Conde, &
definidor da Ouvidoria da comar
ca da villa de Barcellos.

LAVS DEO.

Taixão este Assento dos tres Estados destes Reynos
em cincoenta reis. Lisboa 23. de Marco de 641

Balthazar Fialho.

Sete a João Cesar de Meneses.

Côas licenças necessarias. Por Paulo Craesbeec K. anno 1641.